

Notícias

Câmara realiza primeira sessão do ano com 'pauta extensa'

Depois do recesso parlamentar a Câmara Municipal de São Pedro retomou os trabalhos com a realização, na última quarta-feira, 04, da primeira sessão ordinária do ano. Com a casa cheia, os vereadores, empossados no dia primeiro de janeiro, deram início à décima quinta legislatura e mostraram-se animados com o retorno das atividades parlamentares. Prova disso é que a pauta da Sessão continha quatro Projetos de Lei, um Projeto de Lei Complementar, um Projeto de Resolução, 27 Indicações, 13 Requerimentos e cinco Moções de Aplausos. Abrindo a reunião, o presidente da Casa, vereador Luiz Azzini (PPS), se pronunciou a respeito de seu mandato como Chefe do Legislativo nos próximos dois anos, afirmando que pretende fazer um mandato participativo, incentivando a população a comparecer às sessões. Azzini disse ainda que não será presidente de um grupo, mas um presidente da Câmara Municipal, apoiando a todos os vereadores. A reunião contou ainda com a visita do prefeito municipal Eduardo Modesto, que fez uso da Tribuna, reforçando a necessidade, tanto do Poder Legislativo, quanto do Executivo, trabalharem com planejamentos para toda a população. Debates Temas que passaram pela Câmara durante o ano de 2008 retornaram ao plenário nesta primeira sessão, sendo objetos de amplos debates dos vereadores. Dois deles foram levantados pelo vereador Luiz Azzini, através da apresentação de Indicações ao Executivo Municipal: o Estatuto do Magistério Público e a Reestruturação de Cargos e Salários dos Funcionários da Prefeitura de São Pedro. “São Assuntos importantes que, na minha visão, precisam ser retomados com urgência”, afirmou Azzini. Funcionalismo Público “No caso do Estatuto do Magistério Público, a Câmara recebeu um Projeto de Lei Complementar, de autoria do Executivo Municipal, de número 0074/2008, que altera parcialmente o primeiro e concede alguns benefícios aos professores da rede municipal. Este Projeto foi protocolado na Câmara no dia 01 de setembro de 2008, e, seguindo os trâmites legais, foi discutido e aprovado por unanimidade em primeira votação no dia 17 do mesmo mês. Só que o Projeto foi retirado da Câmara pelo Executivo no dia 19 de setembro, sob a alegação de que passaria por algumas alterações, e ainda não foi devolvido para que possamos aprová-lo. Por esta razão indico ao Chefe do Executivo o reenvio do Projeto de Lei à Câmara”, explicou o presidente. Sobre a reestruturação de cargos e salários dos funcionários públicos, Azzini indicou um novo Projeto ao Executivo Municipal. “O objetivo de minha indicação é que seja feita uma nova reestruturação de cargos e salários dos funcionários públicos municipais. Digo isto, pois os funcionários municipais são a mola mestra da administração, portanto temos sempre que buscar meios que venham valorizar seu trabalho. Nessa caminhada temos que manter o empenho de todos, vereadores, prefeito e secretários para o bem dos colaboradores municipais. Além disso, é inegável que os funcionários públicos são os responsáveis pelo bom andamento desta grande engrenagem que é a administração pública, e tem que ser valorizados”, ressaltou. Água e Esgoto Outro assunto que ganhou destaque durante a sessão foi a legalidade do Decreto número 4.834 de 05 de janeiro de 2009, de autoria do Executivo Municipal, que reajusta os valores das tarifas de água em 17, 32% e fixa em 60% a tarifa de esgoto em relação ao valor da água, totalizando um aumento real nas contas em torno de 34%. Segundo o assessor jurídico da Câmara, Erleson Martins, a Lei Orgânica do Município afirma, no artigo 189, que este tipo de reajuste só pode ser feito pelo Prefeito Municipal através de uma Lei Ordinária, e não através de um Decreto como ocorreu. A polêmica foi debatida pelos vereadores após a leitura de Requerimento do vereador Henrique Jesus Ramos da Silva, (Ita do INSS), que solicita ao Chefe do Poder Executivo, cópia do Decreto número 4.834 de 05 de janeiro de 2009, bem como cópia da Lei Municipal que deu embasamento legal para ao referido decreto. “Os munícipes pensam que a Câmara aprovou este reajuste abusivo, mas isso não aconteceu, ele foi feito através de um Decreto do Poder Executivo, e nós vereadores não tivemos participação nenhuma”, afirmou Ita, sendo apoiado pelos demais vereadores e aplaudido pelo público presente. Comissões Além da deliberação dos assuntos da Ordem do Dia, a Câmara aproveitou a ocasião para fazer a composição das comissões permanentes, grupos nomeados a cada dois anos, que têm a função de analisar e expedir pareceres (favoráveis ou não) aos Projetos. Compostas por membros indicados pelos partidos, as comissões ficaram assim constituídas: · Comissão de Justiça Redação Finanças e Orçamento – Adilson de Jesus (PSDB), Antonio Toledo (PSL) e Elias Candeias (PSB). · Comissão de Educação, Turismo, Obras Públicas, Meio Ambiente e Saúde - Luis Aristides Bomtorim (PSL), Thiago Silva (PSDB) e Jorge Gonçalves Manfrinato (PSL). Participação Ao final da Sessão, o presidente da Casa agradeceu a participação popular e afirmou contar com a presença dos munícipes nas sessões camarárias, incentivando a utilização, de acordo com o Regimento Interno, da Tribuna Livre. “Todos estão convidados a participar”, disse, informando que a próxima sessão da Câmara Municipal de São Pedro será no dia 18 de fevereiro, às 20 horas.

[Versão para Impressão](#)

Publicado em: **06 de fevereiro de 2009**

Publicado por: **Câmara Municipal de São Pedro**

[Cadastre-se e receba notícias em seu email](#)

Categoria: [Notícias da Câmara](#)